

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da JPMorgan Chase Bank, National Association do semestre findo em 30 de junho de 2021, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No semestre, a Instituição apresentou um lucro líquido de R\$ 1.737 mil, sendo que no período anterior apresentou lucro líquido de R\$ 6.717 mil. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto na data deste relatório por quatro membros, todos eles diretores do Banco J.P. Morgan S.A. As demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2021 foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 24 de agosto de 2021. São Paulo, 24 de agosto de 2021

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO E 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Junho	Dezembro	Passivo	Nota	Junho	Dezembro
		2021	2020			2021	2020
Circulante		1.100.134	915.219	Circulante		698.611	511.251
Caixa e equivalentes de caixa	4	520.580	156.518	Depósitos e demais instrumentos financeiros		695.561	504.213
Disponibilidades		30.180	18.722	Depósitos	10	310.382	106.043
Aplicações interfinanceiras de liquidez		490.400	137.796	Instrumentos financeiros derivativos	6	383.001	398.170
Instrumentos financeiros		579.530	758.678	Carteira de câmbio	7	2.178	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	191.269	356.654	Obrigações fiscais correntes	9a	1.410	5.571
Instrumentos financeiros derivativos	6	386.083	402.024	Outros passivos		1.640	1.467
Carteira de câmbio	7	2.178	-	Não circulante		360.914	417.261
Outros ativos	8	24	23	Depósitos e demais instrumentos financeiros		332.849	395.254
Não circulante		395.392	447.512	Depósitos	10	6.817	10.477
Realizável a longo prazo		395.354	447.474	Instrumentos financeiros derivativos	6	326.032	384.777
Instrumentos financeiros		326.244	384.854	Obrigações fiscais diferidas	9b	6.894	908
Instrumentos financeiros derivativos	6	326.244	384.854	Provisões para passivos contingentes e obrigações legais	11	21.171	21.054
Ativos fiscais correntes		649	647	Patrimônio líquido	12	436.001	434.264
Ativos fiscais diferidos	9b	9.892	3.640	Capital social		258.218	258.218
Outros ativos	8	58.569	58.333	Reservas de capital		18.617	18.617
Investimentos		38	38	Reservas de lucros		157.516	157.429
				Lucros acumulados		1.650	-
Total do ativo		1.495.526	1.362.731	Total do passivo e patrimônio líquido		1.495.526	1.362.731

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)

	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Subvenções	Capital para investimento	Legal	Estatutária		
Em 31 de dezembro de 2019		258.218	18.617	18.137	129.726	-
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	6.717
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	6.717
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Destinação						
Reserva legal	-	-	336	-	-	(336)
Em 30 de junho de 2020		258.218	18.617	18.473	129.726	6.381
Em 31 de dezembro de 2020		258.218	18.617	18.615	138.814	-
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	1.737
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	1.737
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Destinação						
Reserva legal	-	-	-	87	-	(87)
Em 30 de junho de 2021		258.218	18.617	18.702	138.814	1.650

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A JPMorgan Chase Bank, National Association ("Instituição"), constituída como estabelecimento no Brasil de Sociedade Estrangeira e com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 – São Paulo/SP. Atua como filial do JPMorgan Chase Bank, National Association, e está autorizada a operar com as carteiras comercial e de câmbio. As operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente. As demonstrações contábeis da Instituição foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan em 24 de agosto de 2021.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis individuais da Instituição foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Resolução nº 4.818 do CMN, e a Resolução nº 2 do BACEN, estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, vigentes a partir de janeiro de 2021. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site (<https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures>).

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado - É apurado pelo regime de competência.

(b) Instrumentos financeiros derivativos - Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de *swaps* e de outros derivativos estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting*, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de resultado do período. Para cálculo do valor de mercado das operações de *swaps* e de outros derivativos são utilizados como base os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.

(d) Passivos circulante e não circulante - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos.

(e) Passivos contingentes e obrigações legais - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823, do CMN, e Carta-Circular nº 3.429, do BACEN. (i) Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigações legais são integralmente provisionados. O passivo relacionado às obrigações legais em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.

(f) Imposto de renda e contribuição social - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 15% sobre a integralidade da base mais 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%. Para o período de julho até dezembro de 2021, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente será calculada à alíquota de 25%, conforme Lei nº 14.183. Ativo e passivo fiscais diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como sobre ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados contabilmente para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 30 de junho de 2021, (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre prejuízo fiscal e ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização das alíquotas de 20% ou de 25% sobre ajustes temporários dependendo da expectativa do período de realização desses ajustes.

(g) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento em até 3 meses.

4. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento em até 3 meses.

	Junho de 2021	Dezembro de 2020
Disponibilidades	30.180	18.722
Aplicações em operações compromissadas - posição bancada	490.400	137.796
Total	520.580	156.518

5. Aplicações em depósitos interfinanceiros: São representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros com prazo original de vencimento superior a 3 meses.

	Junho de 2021	Dezembro de 2020
Aplicações em depósitos interfinanceiros	191.269	356.654
Total	191.269	356.654

6. Instrumentos financeiros derivativos: A Instituição participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

a. Composição por indexador

	Valor nominal		Valor nominal	
	Junho de 2021	Dezembro de 2020	Junho de 2021	Dezembro de 2020
Operações de <i>swap</i>	419.811	419.811	3.605.711	3.618.750
Outros	419.811	419.811	3.605.711	3.618.750
Outros derivativos	292.516	289.222	9.420.280	10.862.377
Moedas	292.516	289.222	9.420.280	10.862.377

b. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Ganhos/Perdas não realizados		Valor de mercado Junho de 2021	Valor de mercado Dezembro de 2020
	Valor de custo	Perdas não realizadas	2021	de 2020
Ativo	738.199	(25.872)	712.327	786.878
Operações de <i>swap</i>	394.793	25.018	419.811	513.160
Outros derivativos	343.406	(50.890)	292.516	273.718
Passivo	736.220	(27.187)	709.033	782.947
Operações de <i>swap</i>	394.793	25.018	419.811	513.160
Outros derivativos	341.427	(52.205)	289.222	269.787

c. Composição do valor nominal por vencimento

	De		De		Total Junho de 2021	Total Dezembro de 2020
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos		
Operações de <i>swap</i>	-	623.966	786.275	2.195.470	3.605.711	3.618.750
Outros derivativos	4.354.779	3.983.946	1.081.555	-	9.420.280	10.862.377

d. Valor nominal por local de negociação

	Balcão		Total Junho de 2021	Total Dezembro de 2020
	Junho de 2021	Dezembro de 2020	2021	2020
Operações de <i>swap</i>	3.605.711	3.605.711	3.605.711	3.618.750
Outros derivativos	9.420.280	9.420.280	9.420.280	10.862.377

e. Valor nominal por contraparte

	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Total Junho de 2021	Total Dezembro de 2020
	Operações de <i>swap</i>	1.802.856	1.802.855	3.605.711
Outros derivativos	4.710.649	4.709.631	9.420.280	10.862.377

f. Resultado por produto

	Resultado líquido Junho de 2021		Resultado líquido Junho de 2020	
	Receita	Despesa	2021	2020
Operações de <i>swap</i>	124.188	(124.188)	-	(1.850)
Outros derivativos	159.121	(156.899)	2.222	1.371

7. Carteira de câmbio: As operações de câmbio em aberto da Instituição estão demonstradas conforme abaixo:

Ativo	Junho de 2021
Câmbio comprado a liquidar	1.388
Direitos sobre vendas de câmbio	790
Total	2.178

Passivo	Junho de 2021
Câmbio vendido a liquidar	803
Obrigações por compra de câmbio	1.375
Total	2.178

Em 31 de dezembro de 2020, a Instituição não possuía operações de câmbio em aberto.

8. Outros ativos: Estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia, relacionados a obrigações fiscais e previdenciárias no valor de R\$ 58.569 (dezembro de 2020 – R\$ 58.333).

9. Imposto de renda e contribuição social

a) Obrigações fiscais correntes - Correspondem, principalmente, a provisão para impostos e contribuições sobre o lucro no valor de R\$ 1.307 (dezembro de 2020 – R\$ 5.474).

b) Ativos e obrigações fiscais diferidos - A natureza e a origem do imposto de renda e a contribuição social diferidos são demonstrados como segue:

	Junho de 2021	Dezembro de 2020
Diferenças temporárias		
Contingências	9.185	2.991
Provisão para honorários advocatícios	664	632
Outras	43	17
Créditos tributários - ativo	9.892	3.640
Obrigações fiscais diferidas - passivo	6.894	908

Em 2021, foi constituído crédito tributário sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 6.252 (dezembro de 2020 – R\$ 200). Foi constituído passivo fiscal diferido no valor de R\$ 6.244 (dezembro de 2020 – R\$ 504) e realizado R\$ 258 (dezembro de 2020 – R\$ 258). A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 9.892 (dezembro de 2020 – R\$ 9.783) é estimada conforme abaixo:

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano	25%
1%	2%	2%	5%	5%	10%	10%	20%	20%	20%	25%

Com base na Resolução nº 4.818 do CMN e na Resolução nº 2 do BACEN, para fins de balanço os créditos tributários e obrigações fiscais diferidas devem ser apresentados integralmente no longo prazo. A Instituição considerou, prospectivamente, os critérios de compensação de ativos e passivos fiscais diferidos estabelecidos pela Resolução nº 4.842 do CMN, que entrou em vigor em janeiro de 2021. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 5.184 (dezembro de 2020 – R\$ 2.214). A Instituição possui créditos tributários sobre prejuízo fiscal não ativados em função da ausência de expectativa de realização de tais créditos, no montante de R\$ 1.419 (dezembro de 2020 – R\$ 1.419).

c) Resultado de imposto de renda e contribuição social - O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	Junho de 2021	Junho de 2020
Resultado antes do IRPJ e CSLL	3.241	11.836
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(1.458)	(5.326)
Efeito CSLL 5%	(58)	195
Outros	12	12
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(46)	207
Total da despesa de IRPJ e CSLL no período	(1.504)	(5.119)

10. Depósitos

	De		Total	
	Até 3 meses	1 a 3 anos	Junho de 2021	Dezembro de 2020
Depósitos a prazo	310.382	6.817	317.199	116.520
Total	310.382	6.817	317.199	116.520

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

(Em milhares de reais)

	Nota	Jan-Jun/ 2021	Jan-Jun/ 2020
		2021	2020
Receitas de intermediação financeira		4.731	14.872
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez		7.203	8.536
Resultado de operações de câmbio		(2.472)	6.336
Despesas de intermediação financeira		(327)	(1.807)
Operações de instrumentos no mercado		(2.549)	(1.328)
Resultado com captamentos financeiros derivativos	6		

DIRETOR EXECUTIVO E REPRESENTANTES LEGAIS NA DATA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Azarias de Castro Feitosa Junior	Decio Ramos Porchat de Assis	Marcelo Silveira Barbosa
Daniel Costa Barreto	Flávia Rocha Lima de Almeida Prado	Patricia Sauma Giglio
Daniel Darahem de Souza Coelho	Jorge Constantino Bernardes dos Santos	Renata Fracaroli Vilanova Lobo
Daniel de Moraes e Silva Granja	Luiz Fernando Tanus Gambale	Roberto Jorge Cozzari

DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Jorge Constantino Bernardes dos Santos

CONTADOR

João Augusto Hira - CRC 1SP307985/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

JP Morgan Chase Bank, National Association

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da JP Morgan Chase Bank, National Association ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JP Morgan Chase Bank, National Association em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.


Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não

detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de agosto de 2021.


pwc PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes
 CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
 Contador CRC 1SP172940/O-6